Resolução CNJ n. 594/2024

PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO DO STJ

Justiça CARBON ZERO

STJ | Assessoria de Gestão Sustentável

Ficha Técnica

Projeto: Plano de Descarbonização do Superior Tribunal de Justiça
Gestor do Projeto: Cristiano de Sousa Nascimento

Conteúdo

Assessoria de Gestão Sustentável (AGS)

Capa

Secretaria de Comunicação
Coordenadoria de Multimeios (COMM)

Contatos:

e-mail: stj.sustentavel@stj.jus.br
Telefone: (61) 3319-6781
Endereço: Setor de Administração Federal Sul, Quadra 06, Lote 01 - Asa Sul, Brasília - DF, Ed. Administração – 3º andar – AGS/STJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823p

Brasil. Superior Tribunal de Justiça.
Plano de descarbonização do STJ / Superior Tribunal de Justiça, Assessoria de Gestão Sustentável. — Dados eletrônicos (1 arquivo PDF: 48 p.). — Brasília : Superior Tribunal de Justiça, 2026.

Modo de acesso: Internet.
Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br

1. Tribunal superior, sustentabilidade, Brasil. 2. Impacto ambiental, planejamento. I. Título.

CDU 504.06:347.992(81)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Marina Lima Soares (CRB-1 3268)

Controle de versões

Versão	Data	Conteúdo/Alterações	Desenvolvido por	Aprovado por
1	24/02/2025	Versão inicial do PDesc-STJ	AGS e Descarbon	Comitê Gestor do PLS-STJ
2	13/04/2026	Versão atualizada PDesc 2026	AGS	Comitê Gestor do PLS-STJ

Lista de figuras

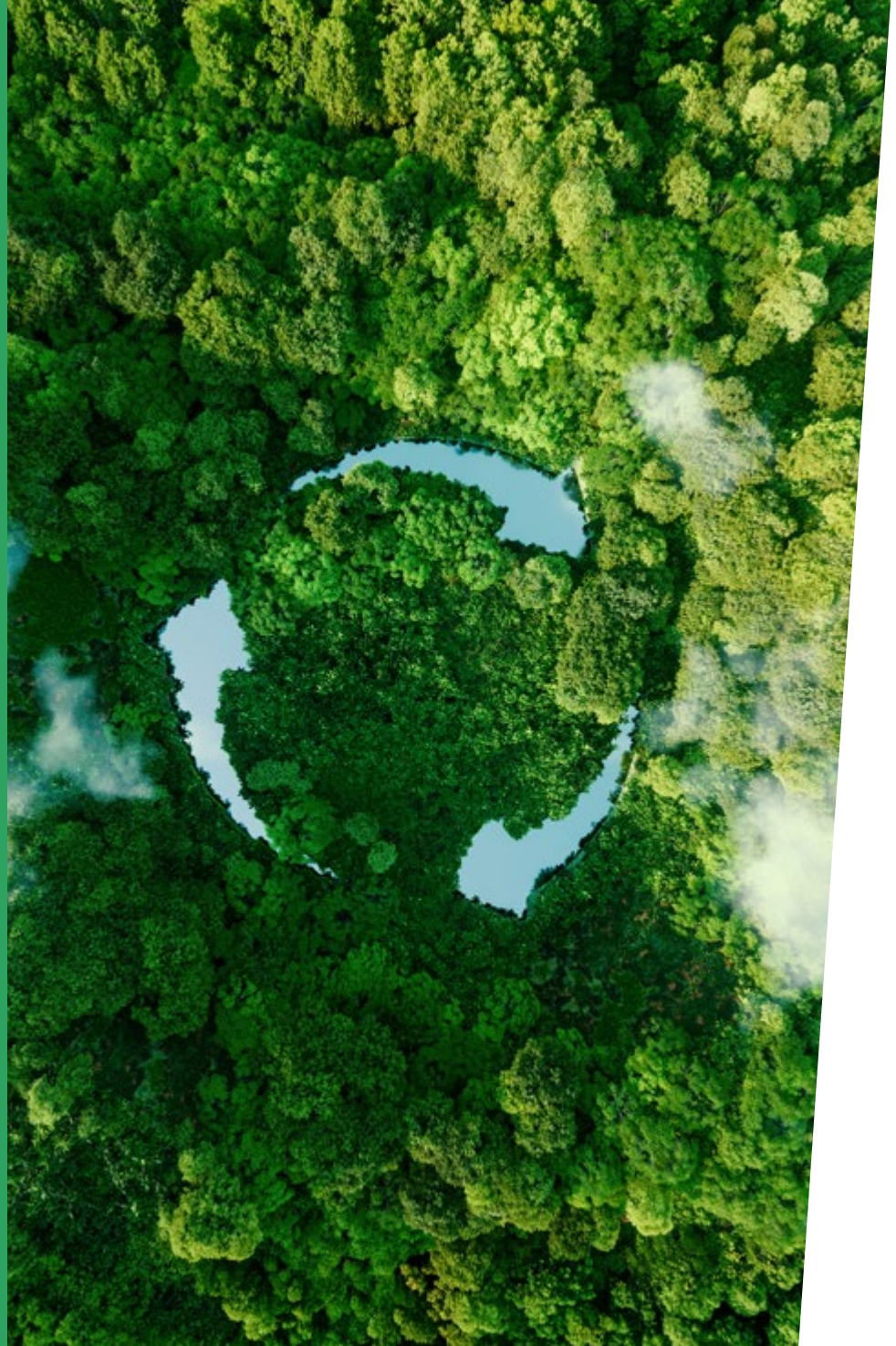
Figura 1 - Fachada frontal do complexo STJ 11

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Emissões consolidadas por escopo, anos-base 2019 a 2025 15
Gráfico 2 - Ranking das principais emissões por categoria, anos-base 2019 a 2024 17

Lista de tabelas

Tabela 1 - Limites organizacionais e operacionais do IGEE-STJ 13
Tabela 2 - Emissões consolidadas por escopo, anos-base 2019 a 2025. 15
Tabela 3 - Emissões consolidadas por categoria, anos-base 2019 a 2025. 16
Tabela 4 - Ações de redução de emissões de GEE no STJ realizadas previamente ao Programa Justiça Carbono Zero. 19
Tabela 5 - Categoria: Combustão Móvel 22
Tabela 6 - Categoria: Emissões Fugitivas. 24
Tabela 7 - Categoria: Eletricidade 25
Tabela 8 - Categoria: Deslocamento Casa-Trabalho 27
Tabela 9 - Categoria: Viagens a Negócios 29
Tabela 10 - Categoria: Resíduos Sólidos 30
Tabela 11 - Categorias: Bens e Serviços Comprados e Bens de Capital 33
Tabela 12 - Projetos e Ações de Compensação de Emissões. 37
Tabela 13 - Indicadores do Plano de Descarbonização e Inventário de GEE 38
Tabela 14 - Indicadores de Redução de GEE. 39
Tabela 15 - Indicadores de Compensação de GEE 40
Tabela 16 - Indicadores de Cultura Organizacional 40



Sumário

GLOSSÁRIO 5

APRESENTAÇÃO 8

1. INTRODUÇÃO 9

2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO 10

3. COMPLEXO DO STJ 11

4. PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL 12

5. ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIO DE GEE 13

5.1 Atividades do IGEE-STJ 14

5.2 Emissões nos anos de 2019 a 2025: 15

5.3 Análise das emissões de GEE por escopo entre 2019 e 2024 16

4. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO 18

6.1 Ações consolidadas do STJ 18

6.2 Redução de emissões de GEE 21

5. PLANO DE COMPENSAÇÃO DE GEE 35

7.1 Créditos de Carbono 35

7.2 Restauração Florestal 35

6. ESTRATÉGIAS DE COMPENSAÇÃO DE GEE 37

7. INDICADORES DO PROGRAMA JUSTIÇA ZERO CARBONO 38

GLOSSÁRIO

Acordo de Paris: Tratado internacional no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), assinado em 2015. Estabelece metas globais para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) a fim de limitar o aumento da temperatura média global a menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais, com esforços para limitar o aumento a 1,5°C (ONU, 2015a).

Agenda 2030: Plano de ação global adotado pela ONU em 2015, composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. Visa promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental até o ano de 2030 (ONU, 2015b).

Carbono Equivalente (CO2e): Métrica utilizada para comparar o impacto no aquecimento global de diferentes gases de efeito estufa (GEE) em relação ao dióxido de carbono (CO2). O CO2e é calculado multiplicando a quantidade de cada GEE por seu potencial de aquecimento global (GWP).

Compensação Ambiental: Ação de neutralizar as emissões de GEE de uma organização, produto, serviço ou atividade, financiando projetos de redução ou remoção de emissões em outros lugares. A compensação de emissões é utilizada para neutralizar as emissões residuais que não podem ser eliminadas por meio de medidas de redução.

Crédito de Carbono: Instrumento financeiro que representa a remoção ou redução de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO2e) da atmosfera. Os créditos de carbono são gerados por projetos que reduzem ou removem emissões de GEE, como projetos de energia renovável, reflorestamento e eficiência energética.

Descarbonização: Processo de redução da intensidade de carbono na economia, visando diminuir as emissões GEE provenientes de atividades humanas, como a produção de energia, transporte e indústria. Envolve a transição para fontes de energia de baixo carbono ou neutras em carbono, como energias renováveis, e a implementação de tecnologias e práticas que reduzam as emissões.

Desenvolvimento sustentável: Desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Envolve a integração das dimensões econômica, social e ambiental, buscando o equilíbrio entre o crescimento econômico, a justiça social e a proteção do meio ambiente (Brundtland, 1987).

Efeito Estufa: Processo natural que ocorre na atmosfera terrestre, no qual determinados gases (gases de efeito estufa - GEE) absorvem parte da radiação infravermelha (calor) emitida pela superfície da

Terra e a irradiam de volta para o planeta, mantendo a temperatura média global em um nível adequado para a vida. O aumento da concentração de GEE na atmosfera, devido às atividades humanas, intensifica o efeito estufa natural, levando ao aquecimento global e às mudanças climáticas.

Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): Liberação de gases na atmosfera a partir de atividades humanas que têm a capacidade de reter o calor, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas. Os principais GEE incluem dióxido de carbono (CO2), metano (CH4), óxido nitroso (N2O) e gases fluorados e guardam relação com a queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás natural), processos industriais, desmatamento, alteração do uso do solo, práticas agrícolas, entre outros.

Energia Renovável: Fontes de energia que se regeneram continuamente, como a energia solar, eólica, hidrelétrica, geotérmica e biomassa, substituindo combustíveis fósseis. A utilização de energias renováveis apresenta baixo impacto ambiental, pois não emite gases de efeito estufa.

Inventário de Emissões de GEE: Levantamento e quantificação das emissões de GEE de uma organização, produto, serviço ou atividade, de acordo com metodologias padronizadas, como o GHG Protocol. O inventário de emissões de GEE permite identificar as principais fontes de emissão e monitorar o progresso na redução das emissões.

Neutralidade de Carbono: Estado em que as emissões de GEE liberadas na atmosfera são equilibradas pelas emissões removidas, resultando em um impacto líquido zero no clima. Alcançar a neutralidade de carbono requer a redução máxima das emissões e a compensação das emissões residuais por meio de projetos de remoção de carbono.

NDC brasileira: Contribuição Nacionalmente Determinada ou *Nationally Determined Contribution* (NDC) é o compromisso que o país assume perante o Acordo de Paris para reduzir suas emissões de GEE. A NDC Brasileira prevê a neutralidade climática até 2050, com redução de 59% a 67% até 2035, tomando como base o ano de 2005 (Brasil, 2024).

Pegada de Carbono: Medida da quantidade total de GEE emitidos direta ou indiretamente por uma pessoa, organização, evento, produto ou serviço. A pegada de carbono é expressa em toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO2e) e pode ser utilizada para avaliar o impacto ambiental de diferentes atividades e escolhas.

Plano de Logística Sustentável (PLS): Instrumento de planejamento que visa promover a sustentabilidade nas atividades de logística de uma organização, incluindo o uso eficiente de recursos naturais, a redução das emissões de GEE, a gestão de resíduos e a promoção de práticas de consumo consciente. No âmbito do Judiciário brasileiro, o PLS é regulamentado pela Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021.

Sustentabilidade: Abordagem integrada que busca equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento, visando garantir a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Envolve a adoção de práticas responsáveis e inovadoras em todas as áreas da atividade humana, desde a produção e o consumo até a gestão dos recursos naturais e a promoção da justiça social. Incorpora-se à visão ecológica/ambiental nas empresas com base em três princípios (Tripé da Sustentabilidade, ou 3Ps) - *People* (Pessoas), *Planet* (Planeta), *Profit* (Lucro) (Elkington, 1994).

Redução de emissões de GEE: Implementação de medidas e tecnologias que diminuem a quantidade de GEE liberados na atmosfera. A redução de emissões pode ser alcançada por meio de diversas estratégias, como a transição para fontes de energia renovável, a melhoria da eficiência energética, a mudança para processos de produção mais limpos e a adoção de práticas de consumo sustentável.

APRESENTAÇÃO

Diante da urgência climática, a Resolução CNJ nº 594/2024 estabelece ao Poder Judiciário o desafio de alcançar a neutralidade das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) até 2030, antecipando metas globais que foram previstas no Acordo de Paris e na Contribuição Nacionalmente Determinada ou *Nationally Determined Contribution* (NDC) brasileira somente para 2050.

Nesse contexto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirma seu compromisso com a Agenda 2030 e com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reconhecendo que o alcance dessas metas demandará articulação institucional, apoio da Alta Administração, engajamento das áreas gestoras e evolução da cultura organizacional.

A implementação do Plano de Descarbonização envolve desafios operacionais e econômicos, mas traz benefícios relevantes em termos de eficiência, redução de emissões e fortalecimento institucional, orientando ações de mitigação e compensação.

Com integração institucional e mobilização interna, o STJ reúne condições para alcançar a neutralidade de emissões até 2030, contribuindo para uma gestão pública mais sustentável e responsável.

1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade no Poder Judiciário brasileiro tem sido fortalecida por normativos do CNJ, com destaque para as Resoluções CNJ nº 400/2021 e nº 594/2024. A Resolução nº 400/2021 consolidou a Política de Sustentabilidade ao instituir os Planos de Logística Sustentável (PLS), voltados à gestão eficiente de recursos e à redução de impactos ambientais, incluindo, de forma ainda geral, o controle das emissões de GEE.

Com o avanço das mudanças climáticas, a Resolução CNJ nº 594/2024 aprimorou esse marco ao instituir o Programa Justiça Carbono Zero, estabelecendo diretrizes mais objetivas para a descarbonização e fixando a meta de neutralidade de carbono até 2030. Para isso, determinou a realização de inventários anuais de emissões e a elaboração de Planos de Descarbonização com metas, ações e mecanismos de redução e compensação. Essas medidas alinharam o Judiciário brasileiro a compromissos internacionais, como o Acordo de Paris e a Agenda 2030 da ONU, especialmente no que se refere à ação climática, eficiência energética, consumo responsável e preservação ambiental.

Nesse contexto, o Plano de Descarbonização do STJ (PDesc-STJ) orienta as estratégias e medidas necessárias para reduzir e compensar as emissões institucionais, com vistas ao alcance da neutralidade de carbono até 2030.

2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A descarbonização se tornou um novo tema do Plano de Logística Sustentável do STJ (PLS-STJ), instrumento de gestão alinhado ao Plano Estratégico 2021–2026, onde a sustentabilidade é reconhecida como um dos valores institucionais. Nesse contexto, o indicador "Aderência às metas do PLS" permanece vinculado ao objetivo de aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira, demonstrando que a sustentabilidade, além da pauta ambiental, se conecta com a eficiência administrativa e o uso responsável dos recursos.

Destaca-se, ainda, o avanço na governança institucional, em consonância com a Resolução CNJ nº 347/2021, que estabelece o PLS-STJ como diretriz para o Plano de Contratações e Aquisições (PCAq) e para outros instrumentos de planejamento. Isso reforça que a sustentabilidade deve estar presente em todas as etapas decisórias e áreas de atuação do Tribunal.

Nesse cenário, o Plano de Descarbonização se consolida como uma iniciativa essencial, ao contribuir para a redução da pegada de carbono, a otimização do uso de recursos, a melhoria da eficiência orçamentária, o fortalecimento da imagem institucional e o incentivo à inovação. Dessa forma, apoia diretamente o alcance dos objetivos estratégicos do STJ, ao integrar sustentabilidade, eficiência e responsabilidade na gestão pública.

3. COMPLEXO DO STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) está situado no Plano Piloto de Brasília, região de clima tropical com inverno seco e verão chuvoso. Aproximadamente 90% da precipitação ocorre entre setembro e abril, enquanto na estação seca (abril a setembro) os volumes são reduzidos, com total anual entre 1.100 mm e 1.600 mm.

O complexo do STJ é um conjunto arquitetônico de caráter monumental, composto por seis edifícios projetados pelos arquitetos Oscar Niemeyer e Hermano Montenegro, concluído em 30 de dezembro de 1994 (Braz, 2003). Possui área edificada de 144.412,15 m^2, em terreno de 73.541,99 m^2, abrigando uma força de trabalho de 4.126 pessoas (STJ, 2025).

Nesse contexto, diversos fatores relacionados ao complexo do STJ influenciam as emissões de GEE, como idade das edificações, número de usuários, clima, insolação, implantação e tecnologias adotadas. Por isso, a comparação entre edificações deve considerar essas características, evitando análises isoladas e garantindo decisões mais precisas na redução de emissões.

Figura 1 - Fachada frontal do complexo STJ

Fonte: Acervo de fotos do Superior Tribunal de Justiça

4. PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

O PLS-STJ é um instrumento de gestão que, desde 2015, integra práticas de sustentabilidade às atividades do Tribunal e orienta a tomada de decisões, em consonância com a Resolução CNJ nº 400/2021. Ele busca otimizar o uso de recursos, reduzir impactos ambientais e promover uma gestão mais eficiente, monitorando vinte temas por meio de indicadores, metas e ações, com apoio de ferramentas como *Business Intelligence* (BI).

A Resolução CNJ nº 550/2024 reforçou a obrigação de levantar emissões de GEE e elaborar plano de compensação até 2030 e a Resolução CNJ nº 594/2024 inovou ao lançar o Programa Justiça Carbono Zero e a descarbonização como um novo tema a ser monitorado no PLS, tornando obrigatória a elaboração de inventário anual de emissões de GEE, bem como de um Plano de Descarbonização a ser atualizado periodicamente.

Embora a descarbonização tenha sido introduzida como um tema específico, apresenta um aspecto transversal no PLS. As metas do ciclo 2021 2026 foram definidas com base no desempenho do ciclo anterior e na mudança de contexto causada pela pandemia e pela consolidação do teletrabalho, adotando 2019 como principal linha de base e admitindo a necessidade de revisões futuras.

5. ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIO DE GEE

A elaboração de Inventários de Gases de Efeito Estufa (IGEE) permite identificar a quantidade e as origens das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), monitorar sua evolução ao longo do tempo e subsidiar o planejamento e a execução de ações estratégicas de redução e compensação, a fim de minimizar os impactos das atividades do Tribunal no sistema climático. Para elaboração dos IGEE-STJ foram estabelecidos os seguintes limites organizacionais e operacionais:

Tabela 1 - Limites organizacionais e operacionais do IGEE-STJ

LIMITES ORGANIZACIONAIS	LIMITES OPERACIONAIS
Sede: • Bloco da Administração • Bloco do Restaurante • Bloco Ministros I • Bloco Ministros II • Bloco Auditório • Bloco Plenários • Circulação entre Blocos	**Escopo 1 (Emissões diretas) - Categorias:** 1. Combustão Estacionária 2. Combustão móvel 3. Emissões fugitivas **Escopo 2 (Emissões indiretas) - Categoria:** Energia Elétrica
Anexo I (Almoxarifado e Marcenaria) Oficina Mecânica Garagem e Arquivo Documental	**Escopo 3 (Emissões indiretas) - Categorias:** • Transporte e Distribuição upstream e downstream • Resíduos sólidos e efluentes gerados • Viagens a negócios • Deslocamento casa-trabalho • Bens arrendados (Arrendadora)

Fonte: Programa Brasileiro GHG Protocol

5.1 Atividades do IGEE-STJ

Em atendimento às Resoluções CNJ nº 400/2021 e 594/2024, o STJ realizou os seguintes procedimentos para elaboração dos seus IGEE:

1. Contratou consultoria especializada[1] para a elaboração de IGEE referente aos anos de 2019 a 2024. O contrato, formalizado sob o nº 108/2024, teve início em setembro de 2024 e conclusão em fevereiro de 2026, com as seguintes atividades:

- Ação de sensibilização e engajamento de servidores sobre o processo de inventário de GEE em novembro de 2024, com 200 participantes;
- Capacitação de servidores gestores sobre a metodologia GHG Protocol e instruções específicas acerca da coleta e transmissão dos dados necessários à elaboração dos inventários;
- Campanha de engajamento para pesquisa de deslocamento casa-trabalho, com adesão de 55% da força de trabalho (2.785 respondentes);
- Cálculo das emissões de GEE;
- Elaboração e publicação do IGEE-STJ (2019-2024) no portal do STJ. Clique aqui para acessar.
- Evento de apresentação dos resultados do IGEE-STJ em julho de 2025.

2. Elaborou o IGEE do ano de 2025 (Escopos 1 e 2 e a categoria: viagens a negócios do Escopo 3). As emissões relativas às demais categorias do Escopo 3 serão contabilizadas posteriormente por meio da contratação de consultoria especializada, cujo processo está em fase de planejamento. Clique aqui para acessar o IGEE-STJ 2025.

3. Atualizou a versão preliminar do Plano de Descarbonização do STJ (PDesc-STJ 2025) com os resultados do IGEE-STJ (2019-2024) e IGEE-STJ (2025), apresentando a situação atualizada das ações de descarbonização.

Além dessas atividades, para os anos de 2026 e 2027, estão previstas a verificação dos IGEE já elaborados e a sua publicação no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol (FGV).

1 *Descarbon – Capacitação, Pesquisa e Consultoria em Desenvolvimento Sustentável Ltda*

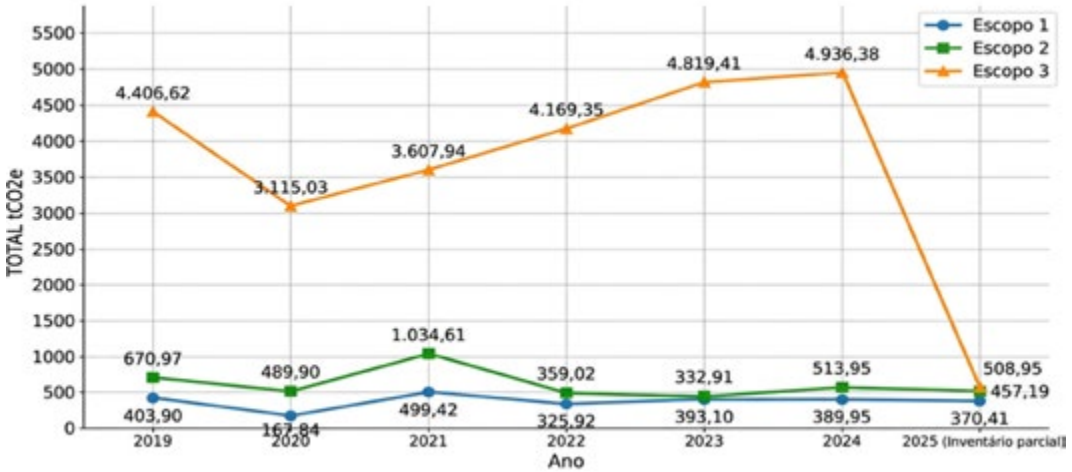
5.2 Emissões nos anos de 2019 a 2025:

Tabela 2 - Emissões consolidadas por escopo, anos-base 2019 a 2025

ESCOPO	TOTAL tCO2e (2019)	TOTAL tCO2e (2020)	TOTAL tCO2e (2021)	TOTAL tCO2e (2022)	TOTAL tCO2e (2023)	TOTAL tCO2e (2024)	TOTAL tCO2e (2025) Inventário preliminar
Escopo 1	403,90	167,84	499,42	325,92	393,10	389,95	370,41
Escopo 2	670,97	489,90	1.034,61	359,02	332,91	513,95	457,19
Escopo 3	4.406,62	3.115,03	3.607,94	4.169,35	4.819,41	4.936,38	508,95
TOTAL	**5.481,50**	**3.772,77**	**5.141,98**	**4.854,29**	**5.545,42**	**5.840,28**	**1.336,55**

Fonte: IGEE-STJ (2019-2024) e IGEE-STJ (2025)

Gráfico 1 - Emissões consolidadas por escopo, anos-base 2019 a 2025



Fonte: IGEE-STJ (2019-2024) e IGEE-STJ (2025)

Tabela 3 - Emissões consolidadas por categoria, anos-base 2019 a 2025

ESCOPO	CATEGORIA	TOTAL tCO2e (2019)	TOTAL tCO2e (2020)	TOTAL tCO2e (2021)	TOTAL tCO2e (2022)	TOTAL tCO2e (2023)	TOTAL tCO2e (2024)	TOTAL tCO2e (2025) Inventário preliminar
Escopo 1	Combustão estacionária	35,61	3,22	34,98	26,77	27,37	34,37	28,29
	Combustão móvel	368,16	142,13	179,79	274,96	335,48	351,65	341,78
	Emissões fugitivas	0,13	22,50	284,65	24,18	29,21	1,55	0,34
Escopo 2	Energia	670,97	489,90	1.034,61	359,02	332,91	513,95	457,19
Escopo 3	Transporte e distribuição (ups-tream)	11,64	3,63	5.87	5,67	7,85	21,70	--
	Resíduos sólidos	325,67	110,59	177,05	275,71	336,48	338,13	--
	Efluentes gerados	138,75	73,54	136,57	141,77	143,05	144,87	--
	Viagens a negócios	677,95	186,47	137,02	137,02	679,90	516,63	508,95
	Deslocamento casa-trabalho	3.215,09	2.718,88	3.115,87	3.295,38	3.635,46	3.880,25	--
	Transporte e distribuição (downstream)	0,07	0,03	0,03	0,05	0,06	0,07	--
	Bens arrendados (instituição arrendadora)	37,47	21,90	35,53	16,36	16,61	34,73	--

Fonte: IGEE-STJ (2019-2024) e IGEE-STJ (2025)

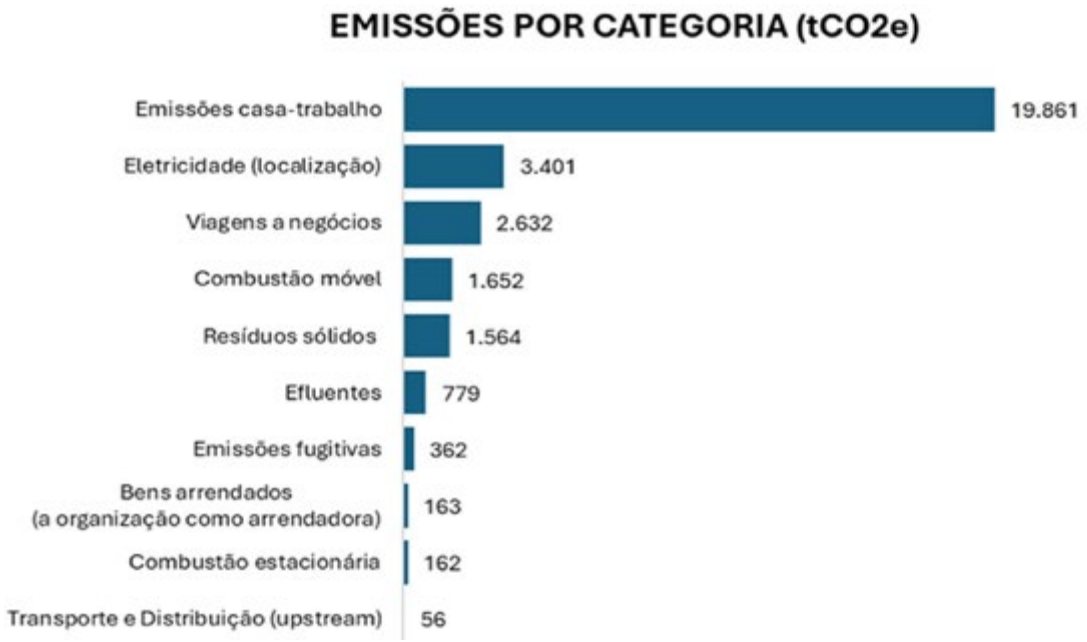
5.3 Análise das emissões de GEE por escopo entre 2019 e 2024

Escopo 1 - a soma de combustão estacionária, combustão móvel e emissões fugitivas resulta em um **quadro estável no período**, com valores de 2024 muito próximos aos de 2019, após queda significativa em 2020 (pandemia), retomada gradual do uso da frota e episódio pontual de emissões fugitivas em 2021 já controlado nos anos seguintes.

Escopo 2 - Observa-se **redução relevante** das emissões associadas à energia elétrica em relação a 2019, com pico em 2021 e posterior queda, em linha com a combinação de teletrabalho, possível aumento de eficiência energética e variações no fator de emissão da eletricidade utilizada nos cálculos do IGEE.

Escopo 3 - Concentra a maior parte das emissões e é o principal vetor de crescimento. Após redução em 2020, entra em trajetória de alta, impulsionada, sobretudo, pelo aumento do deslocamento casa-trabalho e, em menor grau, por resíduos sólidos e efluentes. Observa-se **desaceleração desse crescimento a partir de 2023**, explicada principalmente pela redução das emissões associadas às **viagens a negócios em 2024**, que passou a contrabalançar, ainda que parcialmente, o aumento contínuo do deslocamento casa-trabalho.

Gráfico 2 - Ranking das principais emissões por categoria, anos-base 2019 a 2024



Fonte: IGEE-STJ (2019-2024)

6. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

O artigo 24 da Resolução CNJ nº 400/2021 estabeleceu, de forma geral, que os órgãos do Poder Judiciário implementassem medidas para reduzir e compensar suas emissões de GEE, buscando a neutralidade de carbono até 2030. Posteriormente, a Resolução CNJ nº 594/2024 criou o programa Justiça Carbono Zero e, em seu artigo 3º, §1º, detalhou que o Plano de Descarbonização de cada órgão deveria incluir a elaboração de inventário, a redução e a compensação de emissões.

A versão inicial do Plano de Descarbonização do STJ (PDesc-STJ) foi elaborada em 2025 (Clique aqui para acessar), a partir de mobilização da equipe da AGS, com o apoio de especialista em descarbonização 1 contratada por meio de mentoria pelo Centro de Formação e Gestão Judiciária do STJ (CEFOR). A versão 2026 do PDesc-STJ foi atualizada de maneira a considerar, de fato, os resultados dos IGEE-STJ, referente aos anos-base de 2019 a 2025, apresentando a atualização e adequação das ações de descarbonização nas tabelas do item 5.3.1 deste documento.

6.1 Ações consolidadas do STJ

O Programa Justiça Carbono Zero estabelece como ações imediatas a serem adotadas pelos tribunais a implementação de sistemas fotovoltaicos, projetos de reflorestamento, conservação e restauração florestal. O programa também enfatiza a importância de ações de sensibilização e engajamento do corpo funcional sobre a temática climática e prevê a adoção de medidas de descarbonização voltadas ao consumo de energia e água, mobilidade, contratações sustentáveis, gestão de resíduos e otimização de espaços físicos (art. 3º da Resolução CNJ nº 594/2024).

No caso do STJ, contudo, a maior parte dessas diretrizes já eram praticadas antes da publicação da Resolução CNJ nº 594/2024, seja por meio de projetos de eficiência energética e uso de energias renováveis, ou por iniciativas de gestão ambiental, compras sustentáveis e ações de conscientização interna, tornando o órgão referência em boas práticas no Judiciário.

Nesse sentido, a tabela a seguir apresenta um panorama histórico das soluções relacionadas à descarbonização já implementadas pelo STJ previamente à instituição do Programa Justiça Carbono Zero, evidenciando o caráter de continuidade e fortalecimento, e não de mera implantação inicial, das ações propostas pelo CNJ.

Tabela 4 - Ações de redução de emissões de GEE no STJ realizadas previamente ao Programa Justiça Carbono Zero

Eixo	Ação/Iniciativa	Descrição	Ano de Implementação	Impacto
ENERGIAS RENOVÁVEIS	Construção da Usina Fotovoltaica	Construção da Usina Fotovoltaica Sol da Justiça para geração remota em Brazlândia (DF)	2021 (início)	Atendimento de 45% do consumo do Tribunal em 2024 e redução de geração estimada de 1.780 tCO2e (metodologia SIRENE).
	Operação da Usina Fotovoltaica	Entrada em operação	2023	
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	Adoção de iluminação LED	Substituição de 95% das lâmpadas fluorescentes (compactas e tubulares) por LED	2015 e 2016	Importante redução no consumo de energia, economia operacional e queda na geração de resíduos perigosos
	Brises nas fachadas dos edifícios	O STJ conta com brises nas fachadas de seus edifícios desde sua inauguração	1995	Diminuição da incidência solar com redução no uso da energia elétrica para resfriamento das edificações
	Sistema automatizado de gestão de energia e iluminação	O STJ conta com sistema automatizado de gestão de energia e iluminação desde sua inauguração, que está sendo atualizado e modernizado	1995	Aumento na eficiência do uso da energia elétrica
CONSUMO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA	Uso de torneiras automáticas	Uso de torneiras automáticas e redutores de vazão	2008	Redução do consumo e aumento da eficiência hídrica
	Ecolavagem da frota de serviço	Uso de ecolavagem para redução no consumo de água	2012	
	Outorga de poço artesiano	Uso de água de poço artesiano para irrigação de jardins	2001	
	Orientação e campanhas para profissionais de limpeza	Sensibilização e treinamento de equipes de limpeza para uso racional da água e insumos de limpeza	2008 (contínuo)	
	Monitoramento de vazamentos	Testes e medições para identificação de vazamentos do sistema hidráulico	2005 (contínuo)	
	Campanhas de sensibilização de usuários para uso racional de água	Divulgação de matérias e realização de campanhas internas	2015 (contínuo)	

Eixo	Ação/Iniciativa	Descrição	Ano de Implementação	Impacto
TRANSPORTE SUSTENTÁVEL	Bicicletário	Estímulo ao uso de bicicleta como meio de deslocamento casa-trabalho com emissões de GEE zero	2015	Redução de emissões de GEE e incentivo à mobilidade sustentável
	Vestiários do bicicletário		2015	
CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	Análise de critérios de sustentabilidade em contratações	Verificação de critérios de sustentabilidade em contratações e aquisições	2010 (voluntário) 2018 (obrigatório)	Integração dos conceitos de sustentabilidade e ciclo de vida à governança das contratações e aquisições institucionais
	Avaliação sistêmica da sustentabilidade em contratações e aquisições	Análise de alinhamento estratégico, planejamento, ciclo de vida, critérios de sustentabilidade, uso do produto e fiscalização do contrato, gestão de resíduos e igualdade, diversidade e inclusão nos contratos de terceirização	2022	
	Alinhamento da governança de contratações à sustentabilidade e ao PLS	Ajustes no Planejamento das Contratações e Aquisições (PCAq) e modelos de Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para melhor alinhamento em relação ao PLS-STJ	2022	
DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS	Gestão de Resíduos com coleta seletiva e soluções complementares	Coleta seletiva com separação por tipo de material (seletiva múltipla)	2009	Destinação segura e ambientalmente responsável de resíduos com vistas à reciclagem e compostagem
		Coleta bifluxo (recicláveis e não recicláveis com orgânicos)	2018	
		Compostagem de borra de café em parceria com TST	2014	
	Gestão ampliada e voluntária de resíduos	Criação do Ecoponto para coleta de eletrônicos, pilhas, óleo de cozinha, caixas de ovos, tampas de garrafas e cápsulas de bebidas	2022	Conscientização ambiental e destinação de resíduos para soluções de economia circular
	Gestão de resíduos de saúde e perigosos por meio de contratos especializados	Resíduos de saúde, pilhas, lâmpadas, bitucas de cigarro e fitas magnéticas de backup	2010	Destinação segura e ambientalmente responsável de resíduos

Eixo	Ação/Iniciativa	Descrição	Ano de Implementação	Impacto
OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS	Reengenharia de ocupação de espaços	Sistematização do Teletrabalho, redução e otimização de espaços nas unidades	2021 a 2024	Otimização do uso da infraestrutura física do Tribunal com redução de emissões por deslocamentos casa-trabalho, energia elétrica, água, materiais de consumo, dentre outros.

Fonte: AGS, 2026

6.2 Redução de emissões de GEE

A estratégia de priorização das ações de redução de emissões do STJ foi desenvolvida com base na análise dos inventários de GEE do próprio STJ (2019–2024), de outros tribunais de justiça, em bibliografia especializada e nas principais fontes de emissões associadas às suas operações.

Nesse contexto, foram identificadas como principais fontes emissoras de GEE o deslocamento casa-trabalho, o consumo de energia, as viagens a negócios, a combustão móvel e a geração de resíduos, sendo as categorias a serem priorizadas nas ações a serem empreendidas.

Tendo em vista que a maior parte das fontes emissoras do STJ já foi identificada, o plano adota critérios para a priorização das ações mais viáveis, incluindo o potencial de redução de emissões de GEE, a maturidade tecnológica, a integração com a infraestrutura existente, a necessidade de recursos humanos, o investimento e retorno (*payback*) e os cobenefícios, como a melhoria da qualidade do ar, da saúde e do bem-estar.

Com base nesses critérios, as ações de descarbonização do STJ foram categorizadas em três aspectos principais:

1. Estimativa de custos: os custos de implementação foram classificados em uma escala de percepção de valor, variando de baixo, médio a alto. Devido à complexidade das ações e projetos, os orçamentos serão realizados oportunamente.

2. Grau de Dificuldade de Implementação: avaliação da complexidade da implementação, considerando fatores como a necessidade de aprovações regulatórias, a disponibilidade de recursos e a resistência às mudanças. O grau de dificuldade é representado pela gradação baixa, média e alta.

3. Potencial de Descarbonização: estimado com base nos inventários de GEE do próprio STJ (2019–2024), de outros tribunais, em bibliografia e em estudos de caso, com revisão após cada inventário

de GEE do STJ. Ressalta-se que estudos e levantamentos não geram impacto direto, sendo a descarbonização efetiva resultante da implementação das ações. O potencial é classificado como: sem potencial (estudos, levantamentos e similares), baixo, médio ou alto.

A seguir, são apresentadas as tabelas com as estratégias de redução de emissões de GEE no STJ, organizadas conforme custo, dificuldade de execução e potencial de descarbonização a partir da versão inicial apresentada em fevereiro de 2025, com as atualizações decorrentes, sendo agrupadas conforme escopo e categorias relacionadas.

Foram destacadas em negrito as ações de 2025 categorizadas na coluna "situação" como concluídas (verdes), canceladas (vermelho) e em execução (amarelo), ou seja, iniciadas em 2025 e ainda não concluídas. As ações em azul são ações a serem realizadas.

ESCOPO 1 (Emissões diretas)

Tabela 5 - Categoria: Combustão Móvel

4ª fonte emissora de GEE
Objetivo: Reduzir emissões totais do STJ
ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima e ODS 17 - Parcerias e meios de Implementação

PLANEJAMENTO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
ADOÇÃO DE BIODIESEL NA FROTA DO STJ	Avaliar a viabilidade na adoção de Biodiesel na frota de veículos pesados do STJ de maneira a se reduzirem as emissões atuais relacionadas ao consumo de Diesel em ônibus, vans e veículos de carga.	COTI	2025	2030	Recursos internos	Médio	Ver execução	CANCELADO em 2025 A frota do STJ utiliza o diesel S10 com biodiesel 14% na mistura (B14), não havendo condições técnicas para aumento do uso de biodiesel na mistura.
PRIORIZAR O USO DO ETANOL NA FROTA FLEX DO STJ	Avaliar ajuste de normativo interno de maneira a priorizar o uso do Etanol na frota Flex do STJ.	COTI	2025	2026	Recursos internos	Baixo	Ver execução	EM ANDAMENTO Estudos técnicos sendo realizados SEI 030451/2025
ELETRIFICAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DE SERVIÇO	Avaliar a viabilidade de aquisição de veículos de serviço elétricos ou híbridos para a frota do STJ	COTI	2026	2027	Recursos internos	Médio	Ver execução	A REALIZAR

PLANEJAMENTO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
ELETRIFICAÇÃO DA FROTA DE ÔNIBUS (TRAJETO RODOVIÁRIA)	Avaliar a viabilidade de substituir os ônibus que realizam o trajeto entre o STJ e a Rodoviária por veículos elétricos ou híbridos.	COTI	2027	2028	Recursos internos	Médio	Ver execução	A REALIZAR
ELETRIFICAÇÃO DA FROTA DE ÔNIBUS (TRAJETO CASA/ TRABALHO)	Avaliar a viabilidade de adquirir ônibus elétricos ou híbridos para atender trajetos casa/trabalho dos servidores	COTI	2027	2028	Recursos internos	Médio	Ver execução	A REALIZAR

EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
ESTAÇÃO DE RECARGA PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS DO STJ	Implantar estações de recarga para a frota do STJ	CEAR	2025	2025	Médio	Médio	Alto	CONCLUÍDO em 2025 SEI 026448/2023
ADOTAR BIODIESEL NA FROTA DO STJ	Implantar a adoção de biodiesel na frota de veículos pesados do STJ	COTI	2025	2030	Médio	Médio	Médio	CANCELADO em 2025 A frota do STJ utiliza o diesel S10 com biodiesel 14% na mistura (B14), não havendo condições técnicas para aumento do uso de biodiesel na mistura.
PRIORIZAR O USO DO ETANOL NA FROTA FLEX DO STJ	Alterar normativo interno de maneira a priorizar o uso do Etanol na frota Flex do STJ	COTI	2025	2030	Baixo	Baixo	Médio	EM ANDAMENTO Estudos técnicos sendo realizados SEI 030451/2025
ELETRIFICAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DE SERVIÇO	Adquirir veículos de serviço elétricos ou híbridos para a frota do STJ	COTI	2026	2027	Alto	Alto	Alto	A REALIZAR

EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
ELETRIFICAÇÃO DA FROTA DE ÔNIBUS (TRAJETO RODOVIÁRIA)	Substituir ônibus que realiza o trajeto entre o STJ e a Rodoviária por veículos elétricos ou híbridos	COTI	2026	2027	Alto	Alto	Alto	A REALIZAR
ELETRIFICAÇÃO DA FROTA DE ÔNIBUS (TRAJETO CASA/ TRABALHO)	Adquirir ônibus elétricos ou híbridos para o STJ oferecer transporte casa/trabalho aos servidores	COTI	2027	2028	Alto	Alto	Alto	A REALIZAR

Fonte: Dados coletados no STJ

ESCOPO 1 (Emissões diretas)

Tabela 6 - Categoria: Emissões Fugitivas

7ª fonte emissora de GEE

Objetivo: Reduzir emissões totais do STJ

ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima e ODS 17 – Parcerias e meios de Implementação.

PLANEJAMENTO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
AR-CONDICIONADO	Realizar levantamento dos gases utilizados no ar-condicionado.	CEAR	2025	2025	Recursos internos	Baixo	Ver execução	CONCLUÍDO em 2025
AR-CONDICIONADO	Fazer o planejamento de substituição de gases ou equipamentos que não usem gás refrigerante R32 (R410A, R22 e CFC)	CEAR	2026	2026	Recursos internos	Médio	Ver execução	A REALIZAR
AR-CONDICIONADO	Verificar a viabilidade de reuso da água no sistema de ar-condicionado (águas cinzas, água da chuva)	CEAR	2026	2026	Recursos internos	Baixo	Ver execução	A REALIZAR

EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
AR-CONDICIONADO	Realizar a troca dos gases refrigerantes mais poluentes	CEAR	2026	2027	Médio	Médio	Médio	A REALIZAR
AR-CONDICIONADO	Implementar o reuso da água no sistema de ar-condicionado (águas cinzas, água da chuva)	CEAR	2026	2026	Recursos internos	Baixo	Ver execução	A REALIZAR

Fonte: Dados coletados no STJ

ESCOPO 2 (Emissões indiretas)

Tabela 7 - Categoria: Eletricidade

2ª fonte emissora de GEE

Objetivo: Reduzir emissões totais do STJ

ODS 7 - Energia Limpa e Acessível, ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima e ODS 17 – Parcerias e meios de Implementação

PLANEJAMENTO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
ILUMINAÇÃO	Desenvolver critérios de padronização no uso de lâmpadas em todos os ambientes internos.	AGS CEAR	2025	2026	Recursos internos	Baixo	Ver execução	CONCLUÍDO em 2025 Projeto Illuminare SEI 035110/2025
SENSOR DE PRESENÇA	Avaliar a viabilidade da ampliação e automatização de sensores de presença nos corredores, banheiros e áreas de passagem.	CEAR	2025	2026	Recursos internos	Baixo	Ver execução	CONCLUÍDO em 2025 Nova Central de Automação
BRISES FOTOVOLTAICOS	Realizar estudos de viabilidade para a troca de brises de alumínio por brises fotovoltaicos, para diminuir carga térmica nas fachadas e produzir energia limpa in loco.	CEAR	2025	2026	Recursos internos	Médio	Ver execução	CANCELADO em 2025 Área técnica avaliou que solução é onerosa e tecnicamente não justificável diante da geração a ser obtida

PLANEJAMENTO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
BRISES EXISTENTES	Avaliar soluções para que os brises não fechem com o vento, de modo que possam realizar o controle efetivo da luminosidade.	CEAR	2026	2027	Recursos internos	Baixo	Ver execução	A REALIZAR
AJUSTES NO CONTRATO DO RESTAURANTE	Incluir no contrato de locação do restaurante itens para gestão de emissões de GEE: guarda de notas fiscais de manutenção de ar-condicionado, gestão de resíduos, diretrizes para a redução de energia ou uso de energia limpa	SANUT AGS	Fim do contrato		Recursos internos	Baixo	Ver execução	A REALIZAR

EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
BRISES FOTOVOLTAICOS	Instalar brises fotovoltaicos no Edifício da Administração para diminuir carga térmica nas fachadas e produzir energia limpa in loco.	CEAR	2025	2026	Elevado	Alto	Alto	CANCELADO em 2025 Área técnica avaliou que solução é onerosa e tecnicamente não justificável diante da geração a ser obtida
ILUMINAÇÃO	Implantar os critérios para padronização na utilização de lâmpadas nos sistemas de iluminação.	CEAR	2025	2025	Baixo	Baixo	Médio	EM ANDAMENTO Projeto Illuminare SEI 035110/2025 Recolhidas quase 500 lâmpadas LED
SENSOR DE PRESENÇA	Implantar soluções de automatização de sensores de presença nos corredores, banheiros e áreas de passagem.	CEAR	2025	2026	Baixo	Baixo	Médio	EM ANDAMENTO Nova Central de Automação

EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
BRISES EXISTENTES	Implantar soluções para que os brises não fechem com o vento, de modo que possam realizar o controle efetivo da luminosidade.	CEAR	2026	2026	Baixo	Baixo	Baixo	A REALIZAR
BRISES EXISTENTES	Providenciar reutilização, doação ou descarte adequado dos brises em caso de substituição.	CEAR	2026	2027	Moderado	Baixo	Sem potencial	A REALIZAR
AJUSTES NO CONTRATO DO RESTAURANTE	Implementar as diretrizes previstas para o restaurante	SANUT	Vencimento do contrato		Moderado	Médio	Médio	A REALIZAR

Fonte: Dados coletados no STJ

ESCOPO 3 (Emissões indiretas)

Tabela 8 - Categoria: Deslocamento Casa-Trabalho

1ª fonte emissora de GEE

Objetivo: Reduzir emissões totais do STJ

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 13 – Ação Contra Mudança Global do Clima e ODS 17 – Parcerias e meios de Implementação.

PLANEJAMENTO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
ESTAÇÃO DE RECARGA PARA O CORPO FUNCIONAL	Realizar parceria para carregamento de veículos elétricos para o corpo funcional do STJ dentro do lote	CEAR e AGS	2025	2027	Baixo	Médio	Ver execução	EM ANDAMENTO Realizados estudos e contatos iniciais com empresas especializadas SEI 026448/2023
ESTAÇÃO DE RECARGA NO ESTACIONAMENTO PÚBLICO DO STJ	Realizar parceria para carregamento público de veículos elétricos no estacionamento público do STJ	CEAR e AGS	2025	2027	Baixo	Médio	Ver execução	EM ANDAMENTO Realizados contatos iniciais com empresas especializadas

PLANEJAMENTO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
ESTAÇÃO DE RECARGA NO BICICLETÁRIO DO STJ	Realizar parceria para carregamento público de bicicletas e patinetes elétricos no bicicletário do STJ	CEAR e AGS	2025	2027	Baixo	Baixo	Ver execução	EM ANDAMENTO Realizados contatos iniciais com empresas especializadas
AMPLIAR ROTAS DE ÔNIBUS DO STJ	Avaliar o retorno do atendimento de rotas casa-trabalho para os servidores do STJ para reduzir as emissões relacionadas a veículos individuais. Considerar veículos a diesel, biodiesel e elétricos.	COTI	2026	2027	Recursos internos	Baixo	Ver execução	A REALIZAR

EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
CRIAÇÃO DE ACESSO CICLOVIÁRIO AO SAF SUL	Retomar tratativas junto ao GDF para estender a malha cicloviária segura para o SAF Sul.	STJ	2026	2026	Investimento público	Baixo	Médio	A REALIZAR
AMPLIAR ROTAS DOS ÔNIBUS DO STJ (Diesel e Biodiesel)	Retomar atendimento dos ônibus do STJ em trajetos casa/trabalho dos servidores, reduzindo a emissão de GEE frente ao equivalente em veículos individuais.	COTI	2026	2027	Médio	Médio	Médio	A REALIZAR
ESTAÇÃO DE RECARGA PARA O CORPO FUNCIONAL	Realizar parceria para carregamento de veículos elétricos para o corpo funcional do STJ dentro do lote	CEAR e AGS	2026	2027	Baixo	Médio	Alto	A REALIZAR
ESTAÇÃO DE RECARGA NO ESTACIONAMENTO PÚBLICO DO STJ	Realizar parceria para carregamento público de veículos elétricos no estacionamento público do STJ	CEAR e AGS	2026	2027	Baixo	Médio	Alto	A REALIZAR

EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
ESTAÇÃO DE RECARGA NO BICICLETÁRIO DO STJ	Realizar parceria para carregamento público de bicicletas e patinetes elétricos no bicicletário do STJ	CEAR e AGS	2026	2027	Baixo	Baixo	Baixa	A REALIZAR

Fonte: Dados coletados no STJ

ESCOPO 3 (Emissões indiretas)

Tabela 9 - Categoria: Viagens a Negócios

3ª fonte emissora de GEE

Objetivo: Reduzir emissões totais do STJ

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, ODS12 – Consumo e Produção Responsáveis e ODS 13 – Ação Contra Mudança Global do Clima.

EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
ELABORAÇÃO DE MANUAL DE BOAS PRÁTICAS PARA EVENTOS NO STJ	Elaborar manual de boas práticas para a realização de eventos institucionais onde se prioriza a realização de eventos remotos e outras soluções de sustentabilidade	AGS	2025	2026	Baixo	Baixo	Alta	CONCLUÍDO em 2026
SENSIBILIZAÇÃO INTERNA SOBRE VIAGENS AÉREAS	Orientar unidades para priorizar eventos e reuniões remotas objetivando a redução de emissões de GEE decorrentes de viagens aéreas	AGS	2026	2026	Baixo	Baixo	Alta	A REALIZAR

EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
PASSAGEM VERDE STJ	Incluir nos procedimentos de aquisição de passagens aéreas do STJ a previsão de que, em pelo menos parte das compras, sejam priorizadas passagens que já incluam a compensação das emissões de GEE, por meio de mecanismos de neutralização de carbono oferecidos pelas próprias companhias aéreas	SAD	2026	2027	Baixo	Médio	Alta	A REALIZAR

Fonte: Dados coletados no STJ

ESCOPO 3 (Emissões indiretas)

Tabela 10 - Categoria: Resíduos Sólidos

5ª fonte emissora de GEE

Objetivo: Reduzir emissões totais do STJ

ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.

PLANEJAMENTO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
CAMPANHA LIXO CERTO, CARBONO ZERO	Planejar a campanha de sensibilização para aperfeiçoamento da gestão de resíduos do STJ, aumentar qualidade dos resíduos recicláveis do Tribunal e reduzir envio de rejeitos ao aterro sanitário.	AGS/SCO	2025	2025	Recursos internos	Baixo	Ver execução	CONCLUÍDO SEI 027532/2025
INVENTÁRIO DE RESÍDUOS	Contratar consultoria para realizar o inventário de resíduos do STJ para subsidiar a atualização do PGRS	AGS	2026	2026	Recursos internos	Médio	Ver execução	EM ANDAMENTO

PLANEJAMENTO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PGRS)	Contratar consultoria para atualizar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do STJ	AGS	2026	2026	Recursos internos	Médio	Ver execução	EM ANDAMENTO
COMPOSTAGEM	Estudar a viabilidade de realizar compostagem com os resíduos orgânicos do restaurante e de poda de jardinagem do STJ com possibilidade de usar biodigestor para geração de gás.	CEAR	2026	2027	Recursos internos	Médio	Ver execução	A REALIZAR
CONTRATO DO RESTAURANTE	Avaliar as possibilidades de ajuste do contrato de locação do restaurante, com diretrizes para aperfeiçoar a gestão de resíduos e outras boas práticas de sustentabilidade.	AGS e SANUT	2026	2026	Recursos internos	Baixo	Ver execução	A REALIZAR

EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
ÁGUA ENVASADA	Ampliar o uso de filtros industriais e bebedouros modernos de modo a diminuir a aquisição e descarte de galões de água envasada a médio prazo	AGS COSG CEAR	2025	2025	Médio	Médio	Baixa	CANCELADO em 2025 Já foram instalados bebedouros de tripla filtragem onde havia instalação hidráulica disponível
CAMPANHA LIXO CERTO, CARBONO ZERO	Realizar campanha de sensibilização para aperfeiçoamento da gestão de resíduos do STJ, aumentar qualidade dos resíduos recicláveis do Tribunal e reduzir envio de rejeitos ao aterro sanitário.	AGS/SCO	2025	2026	Baixo	Baixa	Baixa	EM ANDAMENTO SEI 027532/2025 Foram realizadas 35 palestras em 29 unidades do STJ com recolhimento de mais de 500 lixeiras individuais

EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
REVITALIZAÇÃO DA CENTRAL DE RESÍDUOS ECOPONTO	Revisar portas, dobradiças, cadeados e realizar nova adesivagem do Ecoponto	AGS	2025	2026	Baixo	Baixa	Baixa	EM ANDAMENTO
REAPROVEITAMENTO DE BANNERS	Implementar recolhimento e encaminhamento de banners para aproveitamento como bolsas, ecobags e almofadas por cooperativa de artesanato	AGS	2026	2026	Baixo	Baixa	Baixa	A REALIZAR
INVENTÁRIO DE RESÍDUOS	Realizar e divulgar o inventário de resíduos para subsidiar a atualização do PGRS	AGS	2026	2026	Baixo	Médio	Média	A REALIZAR
PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PGRS)	Executar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)	AGS	2026	Contínuo	Baixo	Médio	Média	A REALIZAR
COMPOSTAGEM	Implantar compostagem no lote do STJ com possibilidade de biodigestor e geração de gás.	CEAR	2027	2028	Médio	Médio	Alta	A REALIZAR
CONTRATO DO RESTAURANTE	Implementar as diretrizes de descarbonização relacionadas a resíduos previstas para o restaurante	SANUT	Ao término do contrato atual		Baixo	Baixo	Média	A REALIZAR

Fonte: Dados coletados no STJ

ESCOPO 3 (Emissões indiretas)

Tabela 11 - Categorias: Bens e Serviços Comprados e Bens de Capital

Objetivo: Reduzir emissões associadas ao ciclo de vida dos bens e serviços do STJ

ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.

PLANEJAMENTO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
MATERIAIS SUSTENTÁVEIS	Levantar a curva ABC de materiais / sistemas mais usados nas reformas e mudanças de layout	CEAR	2026	2027	Recursos internos	Baixo	Ver execução	A REALIZAR
MATERIAIS SUSTENTÁVEIS	Avaliar a possibilidade de contratação de consultoria para elaborar critérios de sustentabilidade de materiais com menor pegada de carbono e parâmetros para os termos de referência (curva ABC)	AGS e CEAR	2026	2027	Recursos internos	Baixo	Ver execução	A REALIZAR
RETROFIT	Avaliar quais são os sistemas ou instalações que precisam de intervenções de retrofit, visto que o complexo tem mais de 30 anos de existência.	CEAR	2027	2028	Recursos internos	Médio	Ver execução	A REALIZAR
EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
MATERIAIS SUSTENTÁVEIS	Capacitar a equipe de engenharia sobre pegada de carbono, toxicidade de materiais e temas relacionados acerca dos componentes utilizados nos projetos desenvolvidos no STJ.	CEFOR	2025	2025	Recursos internos	Baixo	Ver execução	CONCLUÍDO em 2025

EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
CERTIFICAÇÕES DE NOVOS PROJETOS	Adotar Certificações sustentáveis (por ex. LEED, WELL, EDGE, AQUA) em projetos de novas edificações	CEAR	2025	2025	Alto	Médio	Alto potencial	CANCELADO em 2025 SEI 026728/2024 Na nova edificação do Bloco G a Comissão de Obras optou por não estabelecer certificações sustentáveis por razões de natureza legal, administrativa e técnica.
MATERIAIS SUSTENTÁVEIS	Contratar consultoria para elaborar critérios de sustentabilidade de materiais com menor pegada de carbono e parâmetros para os termos de referência (curva ABC)	CEAR	2026	2027	Recursos internos	Baixo	Médio potencial	A REALIZAR
MATERIAIS SUSTENTÁVEIS	Implantar materiais com menor pegada de carbono nos projetos, obras e retrofit	CEAR	2026	2026	Médio	Baixo	Médio potencial	A REALIZAR

Fonte: Dados coletados no STJ

7. PLANO DE COMPENSAÇÃO DE GEE

As ações de compensação de GEE são medidas complementares a serem empreendidas após o esgotamento das ações de descarbonização. Nesse contexto, as emissões remanescentes podem ser compensadas por projetos de reflorestamento, conservação, restauração florestal e aquisição de créditos de carbono.

Definiu-se pela compensação das emissões parciais de 2025 com base nos levantamentos do IGEE 2025 conforme demonstrado na tabela 2, o que totalizaria **1.336,55** tCO2e referente aos escopos 1 e 2 completos e o escopo 3 restrito a viagens a negócios.

7.1 Créditos de Carbono

No mercado voluntário, destaca-se a negociação de créditos de carbono referente a projetos florestais (ARR e REDD+), de energia renovável e de gestão de resíduos, incluindo captura e uso energético de biogás em aterros e estações de tratamento. Dentre os projetos florestais, os do tipo ARR tendem a oferecer maior transparência e controle, com sequestro de carbono mais diretamente mensurável, enquanto projetos REDD+ podem eventualmente apresentar maiores riscos de fraudes, grilagem e conflitos sociais. Por sua vez, os créditos de energia renovável são considerados mais seguros e verificáveis, configurando, em tese, opção institucionalmente mais segura.

Contudo, a aquisição de créditos de carbono ainda ocorre em cenário de insegurança jurídica, considerando que o mercado no Brasil está em consolidação, com marco regulatório incompleto e riscos de integridade, como possibilidade de créditos de baixa qualidade. Soma-se a isso a existência de dúvidas quanto ao uso de recursos públicos, aos procedimentos licitatórios e à segurança jurídica da compensação, conforme discussões em curso no Tribunal de Contas da União (TCU) e no âmbito do Comitê Gestor Nacional de Sustentabilidade do CNJ (Ofício CNJ nº 28/2026 ao STJ).

Diante desse cenário, o STJ tem realizado benchmarking com órgãos do Poder Judiciário e acompanhado as discussões no CNJ e no TCU, **aguardando a definição de diretrizes mais claras para avaliar, com maior segurança jurídica, a eventual aquisição desses créditos de carbono.**

7.2 Restauração Florestal

O Bosque do STJ surgiu como uma possibilidade de compensar parte das emissões de GEE, por meio da restauração de área degradada localizada no entorno do Tribunal. Com cerca de 59 hectares, o parque reúne fragmentos de cerrado preservado e áreas historicamente degradadas pelo descarte de entulhos e resíduos. Com o intuito inicial

de recomposição dessa área de cerrado, o STJ realizou plantios de mudas em 2008, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, totalizando 3.210 espécimes arbóreos.

Em dezembro de 2024, foi realizado o plantio de mais 2.076 mudas de espécies nativas do Cerrado, em parceria com a Novacap/GDF, com identificação, quantificação e localização das espécies. Em setembro de 2025 foi realizada vistoria de monitoramento, se tratando da primeira ação que contou com um projeto de arborização específico e com acompanhamento posterior do estado de desenvolvimento do plantio realizado.

Assim, é recomendável estruturar-se projeto de monitoramento dessa iniciativa de maneira a transformar o Bosque do STJ em experiência-modelo de restauração que, além de contribuir para o sequestro de carbono, promova a criação de espaços de convivência e contemplação, voltados ao bem-estar da comunidade do STJ e do entorno.

8. ESTRATÉGIAS DE COMPENSAÇÃO DE GEE

Tabela 12 - Projetos e Ações de Compensação de Emissões

Objetivo: Compensar as emissões residuais do STJ

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

PLANEJAMENTO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
PLANTIO DE MUDAS E MONITORAMENTO	Plantio de 2.076 mudas de espécies do cerrado e monitoramento	CEAR	2024	2025	Recursos internos e Parceria GDF	Baixa	Ver execução	CONCLUÍDO SEI 034684/2025
COMPRA DE CRÉDITO DE CARBONO	Desenvolver o termo de referência para compra de créditos de carbono	AGS	2026	2026	Recursos internos	Média	Ver execução	EM ANDAMENTO
PROJETO DE REFLORESTAMENTO	Desenvolver o termo de referência para a contratação da consultoria	AGS e CEAR	2027	2027	Recursos internos	Alta	Ver execução	A REALIZAR
EXECUÇÃO								
Tópico	**Ação**	**Unidade**	**Início**	**Fim**	**Custo**	**Dificuldade**	**Descarbonização**	**Situação**
PLANTIO DE MUDAS E MONITORAMENTO	Plantio de 2.076 mudas de espécies do cerrado e monitoramento	CEAR	2024	2025	Recursos internos e Parceria GDF	Média	Baixa	EM ANDAMENTO SEI 034684/2025
COMPRA DE CRÉDITO DE CARBONO	Aquisição de Créditos de Carbono no Mercado Voluntário ou Regulado	AGS e SAD	2027	2027	Médio	Média	Alta	A REALIZAR
PROJETO DE REFLORESTAMENTO	Contratação de consultoria especializada em inventário florestal e carbono para levantamentos, cálculo da biomassa e CO2e, elaboração de relatório com estimativas de carbono fixado e projeção de crescimento futuro.	AGS e CEAR	2027	2027	Alto	Alta	Média	A REALIZAR

Fonte: Dados coletados no STJ

9. INDICADORES DO PROGRAMA JUSTIÇA ZERO CARBONO

A seguir serão apresentadas as Tabelas que demonstram os indicadores exigidos no Anexo da Resolução no 594/2024.

Tabela 13 - Indicadores do Plano de Descarbonização e Inventário de GEE

Indicador	Subindicador	Resultado	Evidências
20.1 Indicador de Plano de Descarbonização	20.1.1 PlDescarb - Elaboração de Plano de Descarbonização	SIM	PDesc 2026 foi elaborado e publicado
20.2 Indicadores de Inventário de Emissões de GEE	20.2.1 Inv1 - Realização de Inventário de Emissões	COMPLETO	Abrange todas as unidades do STJ
	20.2.2 Inv2 - Abrangência do Inventário de Emissões	100%	
	20.2.3 Inv3 - Inclusão de emissões dos Escopos 1, 2 e 3	3	
	20.2.4 Inv4 - Verificação de inventário de emissões	NÃO	Será verificado após conclusão do IGEE
	20.2.5 Inv5 - Quantidade de Emissões de GEE	1.336,55	Emissões obrigatórias conforme artigo 4º, inciso I da Resolução CNJ n. 594/2024

Fonte: Dados coletados no STJ

Tabela 14 - Indicadores de Redução de GEE

Indicador	Subindicador	Resultado	Evidências
20.3 Indicadores de Redução de Emissões de GEE	20.3.1 RedGEE1 - Número de Ações de Redução de Emissões de GEE	8	2 AC2: Padronização do uso de lâmpadas; sensores de presença. 2 AC4: Estação de recarga para a frota do STJ; Elaboração de manual de boas práticas para eventos institucionais. 1 AC5: Capacitação da equipe de engenharia sobre pegada de carbono e materiais. 1 AC6: Campanha Lixo Certo, Carbono Zero. 2 AC8: Levantamento dos gases utilizados no ar-condicionado; Plantio de 2.076 mudas de espécies do cerrado e monitoramento.
	20.3.2 RedGEE2 - Percentual de energia renovável utilizada		A energia renovável produzida pela usina fotovoltaica Sol da Justiça não é utilizada diretamente pelo STJ, mas injetada na rede.
	20.3.3 RedGEE3 - Energia elétrica injetada na rede de energia por sistemas de fontes alternativas	3.388.688 kWh	IEEs: A usina fotovoltaica Sol da Justiça injetou 3.388.688 kWh na rede de energia em 2025
	20.3.4 RedGEE4 – Percentual da frota de veículos sustentáveis	0	
	20.3.5 RedGEE5 – Total de Resíduos Reciclados ou Compostados	83.091 Kg	TMC: 34.134 kg de borra de café destinadas à compostagem no TST TMR: 48.957 Kg de recicláveis recolhidos pelo SLU para separação
	20.3.6 RedGEE6 – Percentual de Redução de Emissões de GEE	5,75%	Comparativo entre os IGEE parciais 2024 e 2025

Fonte: Dados coletados no STJ

Tabela 15 - Indicadores de Compensação de GEE

Indicador	Subindicador	Resultado	Evidências
20.4 Indicadores de Compensação de Emissões de GEE	20.4.1 CompGEE – Número de Ações de Compensação de Emissões de GEE	3	Em 2024 houve plantio de 2.076 mudas de espécies nativas do cerrado no Bosque do STJ com monitoramento e foi iniciada elaboração de artefatos licitatórios para aquisição oportuna de créditos de carbono
	20.4.2 CompGEE2 – Verificação das medidas de compensação	NÃO	
	20.4.3 CompGEE4 – Percentual de Emissões de GEE compensadas	0	

Fonte: Dados coletados no STJ

Tabela 16 - Indicadores de Cultura Organizacional

Indicador	Subindicador	Resultado	Evidências
20.5 Indicadores de Cultura Organizacional	20.5.1 CultGEE1 – Percentual de servidores(as) capacitados(as) para elaborar inventários	0	
	20.5.2 CultGEE2 – Número de Ações de capacitação e de sensibilização de Emissões de GEE e incentivos a práticas sustentáveis	2+35+0	Acap: EaD Agenda 2030 e XII SPES Asen: Palestras Lixo Certo Carbono Zero Ainc: 0

Fonte: Dados coletados no STJ

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14064-1**: gases de efeito estufa – Parte 1: especificação e orientação a organizações para quantificação e elaboração de relatórios de emissões e remoções de gases de efeito estufa. Rio de Janeiro: [s.l.], 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020: Estratégia Nacional do Poder Judiciário (2021-2026). **DJe/CNJ**, n. 201, p. 2-10, 30 jun. 2020. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3365/. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021: Plano de Logística Sustentável (PLS). Brasília, **DJe/CNJ**, n. 156, p. 3-47, 18 jun. 2021. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3986. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 594, de 8 de novembro de 2024: Programa Justiça Carbono Zero. Brasília, **DJe/CNJ**, n. 283, p. 2-8, 13 nov. 2024. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5845. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Brasil entrega à ONU nova NDC alinhada ao Acordo de Paris. **Assessoria de Comunicação do MMA**, Brasília, 13 nov. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/brasilentrega-a-onu-nova-ndc-alinhada-ao-acordo-de-paris. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Brasil 2040: cenários e alternativas de adaptação à mudança do clima: resumo executivo. Brasília: PNUD; Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.agroicone.com.br/$res/arquivos/pdf/160727143013_BRASIL-2040-ResumoExecutivo.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRAZ, Joaquim Gaião Torreão. **Espaço e poder na corporação**: o caso da sede do Superior Tribunal de Justiça em Brasília-DF. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. Disponível em: https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/nosso-futuro-comumrelatorio/. Acesso em: 1 ago. 2025.

ELKINGTON, John. Enter the triple bottom line. In: **Cannibals with Forks**: the triple bottom line of 21st century business Mankato: Capstone, 1997. Disponível em: https://johnelkington.com/archive/TBL-elkington-chapter.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Registro público de emissões.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2025. Disponível em: https://registropublicodeemissoes.fgv.br/sobre. Acesso em: 1 ago. 2025.

GHG PROTOCOL. **Greenhouse Gas Protocol**. Disponível em: https://ghgprotocol.org/. Acesso em: 1 ago. 2025.

INTERGOVERNATIONAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change (AR6)**. Genebra: IPCC, 2021. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/resources/press/press-release/. Acesso em: 1 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Acordo de Paris sobre o Clima**. Brasília: Casa ONU Brasil, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/88191-acordo-de-parissobre-o-clima. Acesso em: 1 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Casa ONU Brasil, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/ptbr/sdgs. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal. **Plano de manejo do Parque Bosque dos Tribunais**. Brasília: IBRAM, 2018. Disponível em: https://www.ibram.df.gov.br/bosque-dos-tribunais/. Acesso em: 1 ago. 2025.

SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA. SEEG. **Conheça as emissões de gases de efeito estufa do Brasil**. Disponível em: https://seeg.eco.br/. Acesso em: 1 ago. 2025.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Plano de logística sustentável do STJ**. Brasília: STJ, 2025. Disponível em: https://transparencia.stj.jus.br/sustentabilidade-eacessibilidade/plano-de-logistica-sustentavel/. Acesso em: 1 ago. 2025.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Usina fotovoltaica do STJ completa um ano de operação com economia de R$ 700 mil. **Portal STJ**, 2024. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/21082024-Usinafotovoltaica-do-STJ-completa-um-ano-de-operacao-com-economia-de-R--700-mil.aspx. Acesso em: 1 ago. 2025.

VITAL, Andreia. O papel do etanol na descarbonização: uma contribuição sustentável do Brasil para o mundo. **Fenasucro&Agrocana**, [S.l], [s.d]. Disponível em: https://www.fenasucro.com.br/pt-br/blog/energia/o-papel-do-etanol-na-descarbonizacao-- uma-contribuicaosustentav.html#:~:text=O%20etanol%20pode%20ser%20at%C3%A9,de%20ve%C3%A Dculos%20leves%20no%20Brasil. Acesso em: 1 ago. 2025.